



ESPAÇOS COMPACTOS COMO CONECTORES ESTRATÉGICOS NA GERAÇÃO DE TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS¹

Virgínia Purper
Giovana Goretti Feijó de Almeida

RESUMO: Não é de hoje que a sociedade busca soluções para seus problemas urbanos e sociais. Nesse sentido, pequenas, grandes, simples ou complexas ações colaboram com a ressignificação de espaços públicos, muitas, vezes, subutilizados ou totalmente sem uso e vazios. Não se trata de criar novos espaços, mas de prestar atenção a espaços compactos que foram desligados do fluxo urbano e reconectá-los novamente à vida na cidade, trazendo uma nova dinâmica àquele espaço. É o caso dos *Pocket Parks* e dos *Parklets* oriundos de parceria público-privada que se vale da cultura como elemento estratégico para gerar transformações territoriais. Assim, questiona-se como a dimensão cultural está inserida na dinâmica dos *Pocket Parks* e *Parklets* brasileiros? O objetivo é o de trazer reflexões teóricas sobre o uso da dimensão cultural na implementação das dinâmicas desses espaços. Este trabalho se justifica na proposta de uma reflexão teórica sobre o uso de *Pocket Parks* e *Parklets* como forma de conectar as pessoas à cidade por meio de espaços públicos pequenos que se valem da dimensão cultural para serem implantados, propondo uma nova dinâmica a fragmentos da cidade. O estudo permite visualizar os *Pocket Parks* como alternativa para a ressignificação de espaços subutilizados ou vazios permeados pela cultura e identidade da comunidade local de forma a influenciar as transformações territoriais.

Palavras-chave: Transformações territoriais. Cultura. Identidade. Espaço urbano. Territorialidades.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade sempre buscou soluções para seus problemas urbanos e sociais. Porém, nos últimos anos se observam reflexões direcionadas a melhoraria na qualidade de vida das pessoas por meio dos espaços públicos de forma a gerar transformações territoriais. Nesse sentido, pequenas, grandes, simples ou complexas ações têm colaborado com a ressignificação de espaços públicos pequenos, muitas, vezes, subutilizados ou

¹ Artigo proposto para o IX SIDR, Eixo 4: A dimensão cultural nos processos e políticas de Desenvolvimento Regional.



totalmente sem uso e vazios. Não se trata de criar novos espaços, mas de prestar atenção a espaços compactos que foram desligados do fluxo urbano e reconectá-los novamente à vida na cidade.

Esses espaços servem frequentemente como espaços à criminalidade, ao abandono, ao encalho de lixo urbano, à falta de segurança, etc. Ao prestar mais atenção às pequenas artérias urbanas, como, por exemplos as pequenas vielas, espaços entre prédios ou embaixo de grandes escadarias, mesmo fazendo parte da estrutura urbana são, na maioria das vezes, desconsiderados e deixados à margem da sociedade. Pequenos espaços públicos são assim desterritorializados pela sociedade e territorializados por gangues ou se tornam pontos de prostituição e drogas, ocasionando falta de segurança à comunidade em seu entorno.

Ao reterritorializar os espaços subutilizados ou vazios de forma mais convidativa se aproximando a rua do pedestre e a cidade das pessoas. Trabalha-se com o conceito de Jan Gehl (2002) de cidade para as pessoas, mas também com o de valorização da identidade cultural de fragmentos da cidade, enaltecendo e dando espaço para a manifestação das inúmeras culturas presentes em um dado território. Aqui se faz pertinente também o conceito de território vivido de Raffestin (1993). Ao proporcionar segurança às pessoas e espaços em que possam manifestar suas crenças e modos de vida, os cidadãos passam a aproveitar mais e melhor a cidade, refletindo esta nova dinâmica na melhora de qualidade de vida urbana.

Os pequenos espaços reterritorializados e resignificados de forma a revelar a identidade de um bairro ou uma rua, por exemplo, tornam-se conectores entre pequenos fragmentos da cidade e a cidade como um todo. Podem ainda influenciar, mesmo que em pequena escala, transformações territoriais. Preocupar-se com a transformação urbana é pensar em cidades do futuro, quem as irá habitá-las, como torná-las plurais e reconhecer sua diversidade cultural e identidades.

1.1 Metodologia

Este trabalho se trata de uma reflexão teórica sobre o uso de *Pocket Parks* e *Parklets* como forma de conectar as pessoas à cidade por meio de espaços públicos



pequenos que se valem da dimensão cultural para serem implantados. É uma pesquisa de natureza qualitativa e cunho exploratório, utilizando-se igualmente da pesquisa bibliográfica para aprofundamento dos conceitos de: cultura (WILLIANS, 2011; HALL, 1997), território vivido (RAFFESTIN, 1993) e territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SANTOS, 1996), bem como de apropriação simbólica do território (HAESBAERT, 2007).

Os conceitos aprofundados serão cruzados com a realidade dos *Pocket Parks* e *Parklets* de forma a possibilitar reflexões teóricas sobre seus usos, dinâmicas e implementações na realidade brasileira e sobre a possibilidade de gerar transformações territoriais significativas que venham a interferir através da dimensão cultural na cidade.

Em termos de espaços compactos são exemplos da realidade brasileira: os *Parklets* que se adaptam aos estacionamentos, bem como os *Pocket Parks*, espaços muito reduzidos que são transformados em áreas de lazer com apelo sustentável ambientalmente. Quaisquer umas dessas ações podem advir do poder público, poder privado ou de manifestações sociais, lideradas por coletivos, por exemplo.

Esta pesquisa aborda dois espaços urbanos de pequenas dimensões. Assim, é apresentada a discussão teórica sobre utilização da dimensão cultural na implementação de *Parklets* e *Pocket Parks* no contexto brasileiro. A proposta se fundamenta na articulação estratégica da dimensão cultural e identitária das comunidades locais por meio de espaços urbanos compactos, muitas vezes, subutilizados ou desligados do fluxo urbano. São com frequência oriundos de uma parceria público-privada, podendo ainda ter um caráter temporário de cunho social, manifestado pela comunidade local.

O estudo foi motivado a partir da observação da reterritorialização e ressignificação de espaços minúsculos que tendem a se reconectar com o fluxo urbano para promover melhorias na qualidade de vida das pessoas. Os *Parklets* são mais bem evidenciados, pois tem o apoio e disseminação na mídia. Porém, os *Pocket Parks* são novos na realidade brasileira, sendo o primeiro instalado na cidade de São Paulo em 2002. A inserção de ambos no contexto urbano produz transformações territoriais que podem influenciar múltiplas dimensões, em especial, a cultural.

O método desta pesquisa está estruturado nos estudos culturais e a pesquisa está baseada em três fases. A primeira parte da investigação de parâmetros culturais vinculados à qualidade de espaços urbanos compactos, chegando-se aos *Parklets* e aos *Pocket Parks*.



A segunda fase é realizada após serem investigadas as estratégias relacionadas à dimensão cultural em ambos os espaços e, a terceira fase, abarca como esses espaços são disseminados de forma a criar identidade com um espaço criado pela parceria público-privada. Nesta etapa, incluem-se: a cultura, a identidade que viabiliza e como comunica as dinâmicas do espaço compacto junto à comunidade e entorno local. As estratégias averiguadas foram aplicadas às reflexões teóricas propostas neste estudo de forma a permitir comparações entre teoria e empírico.

O estudo está dividido em três partes. A primeira aborda dois espaços urbanos compactos, os *Parklets* e os *Pocket Parks* para compreender como podem gerar transformações territoriais. A segunda parte trata do papel da cultura na conexão com a cidade, viabilizada por esses pequenos espaços oriundos de parceria público-privada, ao mesmo tempo em que revelam a identidade da comunidade e seu entorno. Por fim, aprofunda-se a dimensão cultural na implementação dos *Pocket Parks* e *Parklets*, averiguando suas diferenças, potencialidades e desafios.

2 ESPAÇOS COMPACTOS NA CONEXÃO COM A CIDADE: *PARKLETS* E *POCKETS PARKS*

Este tópico analisa dois espaços urbanos compactos: os *Parklets* e os *Pocket Parks* e como se conectam com a cidade. Os *Parklets* tem ganhado mídia por se adequarem em estacionamentos, transformando-os em espaços mais agradáveis para as pessoas. São áreas próximas às calçadas, em frente a estabelecimentos comerciais e estacionamentos. Geralmente são construídos no espaço de dois a três carros com a finalidade de criar espaços de lazer, descanso e convívio aos pedestres. Os primeiros *Parklets* foram construídos na cidade de San Francisco, Estados Unidos, com o intuito de gerar ambientes propícios e seguros para os pedestres e ciclistas.

Figura 1 - Exemplo de *Parklet*



Fonte: Imagens do *Google* (2019)

Os Parklets são extensões temporárias da calçada que promovem o uso do espaço público de forma democrática a partir da conversão de um espaço de estacionamento de automóveis na via pública em um espaço para permanência das pessoas. Enquanto o carro passa a maior parte do dia estacionado, no mesmo período, o espaço por ele ocupado pode ser utilizado por um grande número de pessoas (FIGURA 2). A proposta do *Parklet* surge como proposta de refletir sobre novas alternativas para uso do espaço público.

Figura 2 - Exemplo de *Parklet* na Rua Oscar Freire em São Paulo



Fonte: Autores (2017).



A cidade de São Paulo, no Brasil, tem regulamentado a implantação de *Parklets* no sentido de democratização do uso da rua para torná-la mais atrativa e convidativa. A promoção de um espaço público mais democrático vai ao encontro de outras políticas públicas municipais paulistanas, como o *wi-fi* gratuito, renovação da iluminação pública, incentivo ao uso de bicicletas e do transporte público (GESTÃO URBANA SP, 2018). Todas as mudanças propostas pela prefeitura municipal de São Paulo, bem como as propostas por outras cidades brasileiras, levam a reflexão sobre qual a cidade que as pessoas querem morar, trabalhar, ter horas de lazer, enfim, qual a cidade que querem viver.

Outro caso é o uso de *Pocket Parks*, termo nem tão conhecido no Brasil, mas já adotado há muito tempo nos Estados Unidos. Trata-se de pequenos parques compactos com a frente aberta (“parques de bolso” em uma tradução literal) implantados em áreas livres públicas. No contexto brasileiro, tem se originado da parceria público-privada. A ideia é a de que esses espaços pequenos sejam convidativos a tal ponto que o pedestre e os transeuntes os insiram em sua rotina diária, tornando a paisagem urbana mais agradável e dando uma nova utilidade ao espaço antes vazio. Igualmente permitem a manifestação da identidade da comunidade com seu entorno por meio de uma série de eventos que podem ser viabilizados gratuitamente.

Os parques de bolso ou *Pocket Parks* não são novos no contexto urbano. Advêm da década de 1960 e de movimentos sociais que começaram na Filadélfia, nos Estados Unidos, entre os anos de 1961 e 1967, e buscavam converter espaços públicos desabitados em pequenos parques comunitários nas cidades com maior densidade populacional. São resultantes do trabalho comunitário que visava transformar positivamente os espaços urbanos, em especial, os mais compactos, em benefício dos habitantes locais (PEREZ, 2016).

O final do século XX colocou os espaços públicos no centro dos projetos urbanos devido às suas dinâmicas na rotina dos cidadãos e como mecanismo de coesão social na cidade. Esses espaços se tornam singulares e significativos a partir da estética que configura e que reflete o cotidiano das pessoas. É ainda um reflexo de mudanças comportamentais através dos laços sociais que constitui e que gera espaços de sociabilização, lazer, recreio e consumo (CASTRO, 2002). Não se trata apenas de disponibilizar espaços de cunho público, atrativos e funcionais, mas de as pessoas criarem



identidade com esses lugares, podendo aproveitá-los. Para garantir o aproveitamento dos cidadãos no que tange ao viver e se integrar a cidade se faz necessário uma malha urbana coesa e harmoniosa que permite essa integração e que, muitas vezes, criam espaços mais flexíveis e adaptados conforme as necessidades sociais de uma dada realidade.

Os espaços urbanos foram se alterando com o tempo e também impulsionando a transformação do espaço urbano. No entanto, a qualidade de vida na cidade não se trata apenas da construção de projetos de arquitetura contemporâneos, mas de estes serem pertinentes e necessários à configuração dos espaços públicos, independente de suas escalas. É inevitável ter em mente que a criação, restauração ou manutenção de espaços urbanos podem interferir na qualidade urbana local e em seu entorno (HOLANDA, 2011; NETTO *et. al*, 2010; HERTZBERG, 2009; GEHL; GEHL; LARS, 2009).

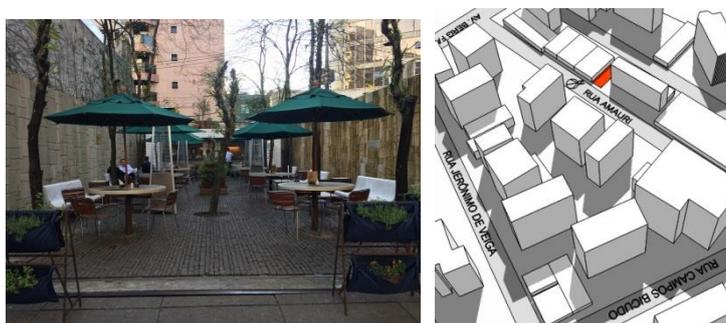
À vista do exposto, os *Pocket Parks* têm surgido como alternativas urbanas de espaços verdes livres, especialmente nas grandes cidades. Referem-se a terrenos vazios em meio a grandes prédios que se tornaram de uso público. São geralmente mantidos pelo poder privado como incentivo no desenvolvimento de cidades sustentáveis e integradas a partir de pequenas ações. Nesse sentido é que foi construído o primeiro *Pocket Park* da cidade de Nova York, nos Estados Unidos. O arquiteto Thomas Hoving promoveu essa ideia em 1965 com o intuito de atrair a atenção das pessoas que passavam pelos centros urbanos. Buscava que as pessoas pudessem aproveitar a cidade frequentando lugares arejados com elementos da natureza inclusos na arquitetura daquele ambiente.

Os *Pocket Parks* são diferentes de uma praça, pois possuem dimensões inferiores e livres de metragens fixas. Possuem suas próprias características e dinâmicas, inclusive, uma delas é dispor de elementos que valorizem a sustentabilidade ambiental, dispor de um conjunto de mobiliários urbanos para diferentes funções (sentar, apoiar, descansar) e opções de acessibilidade. Em São Paulo há três *Pocket Parks*: Praça da Amauri, Pracinha Oscar Freire e *Pocket Park* Moema.

O primeiro *Pocket Park* implantado no Brasil foi instalado em 2002, na Praça da Amauri (FIGURA 3). Surgiu de uma parceria privada entre o arquiteto Isay Weinfeld com um empresário, dono de um império gastronômico, responsável pela maior parte dos restaurantes na Rua Amauri, próxima à Avenida Brigadeiro Faria Lima, um dos importantes pontos da cidade paulistana. Embora se esteja remetendo uma área privada, o arquiteto

propôs que uma pequena parte do terreno fosse doada à cidade para que o público pudesse adentrar aquele espaço privado, apropriando-se do espaço. Este *Pocket Park* tem forte apelo sustentável e estético com fios d'água que correm pelas paredes laterais, pisos secos e molhados e ainda, árvores que geram áreas sombreadas (ARCHDAILY, 2017).

Figura 3 - *Pocket Park* da Rua da Amauri/SP



Fonte: UFF Paisagismo (2007).

O *Pocket Park* da Rua Oscar Freire, conhecido como Pracinha Oscar Freire, também surgiu do poder privado, porém do intuito de ocupar um terreno sem uso que é parte de um estacionamento privativo (FIGURA 4). Ao contrário do *Pocket Park* da Amauri, o da Oscar Freire não tem limitações quanto ao seu uso público, pois não tem portões fechados. No entanto, a Pracinha Oscar Freire, embora seja oriunda da aprovação de uma Lei Municipal (SÃO PAULO, 2014) foi construída em caráter temporário como estratégia do capital imobiliário. Após cumprir seu papel de gerar pertencimento das pessoas com aquele espaço urbano a intenção de seus idealizadores é transferir o *Pocket Park* para outro lugar.

A Zoom (2018), escritório de urbanismo, arquitetura e design responsável pelo projeto da Oscar Freire expõe claramente a estratégia da imobiliária parceira nesta obra. Era para o *Pocket Park* ficar somente até 2016, porém permanece até hoje no mesmo local, levantando dúvidas se a população local, após gerar sentimento de pertencimento, irá permitir que a área volte a se tornar sem uso.

Figura 4 - Pocket Park da Rua Oscar Freire/SP



Fonte: ZOOM (2014).

A dinâmica deste *Pocket Park* também chama a atenção, pois se vale de uma agenda cultural bastante ativa, além do apelo sustentável. Em termos culturais o pequeno espaço urbano abriga: shows, *food trucks*, sessões de *yoga*, espaço gastronômico, oficinas destinadas ao público que diariamente passa pela rua, rede de *wi-fi* gratuita que permite espaço para estudo e trabalho ao ar livre, bicicletário, espaço para fotografias, além do apelo sustentável com uma parede de vegetação e de mobiliário urbano com acessibilidade. É claramente um espaço de convivência agradável com diversidade estética e sustentavelmente planejado que permite a geração de transformações territoriais naquela comunidade e em seu entorno.

3 DIMENSÃO CULTURAL ENTRE ESPAÇOS COMPACTOS: DESAFIOS

Por espaço público se compartilha da visão de Raimond (1971) *apud* Perez (2016) de que “Es un espacio muy concreto a partir del cual va a generarse toda una evolución de las aglomeraciones, cada vez más amplias y más diferenciadas. Este lugar privilegiado, este punto de polarización y diferenciación es la plaza”. Por este entendimento tanto o *Pocket Park* quanto o *Parklet* podem ser tomados com espaços que geram aglomeração de pessoas, sendo espaços privilegiados de melhor qualidade de vida, seja para os moradores ou para os transeuntes que passam por ali durante o horário de trabalho ou nos finais de semana. Propõem novas dinâmicas a lugares antes sem uso, subutilizados e muitas vezes ocupados pela marginalidade e criminalidade. Ao ressignificá-los por meio de novos usos e



estética com apelo sustentável se reconectam esses pequenos espaços ao contexto urbano novamente.

Porém, na contemporaneidade não basta apenas criar espaços agradáveis visualmente sem dar-lhes vida. Nesse sentido, a cultura tem um papel importante na geração de sentimento de pertença em um espaço fragmentado da cidade, seja um bairro ou uma rua. A cultura é entendida “[...] como um sistema de significações mediante o qual necessariamente [...] uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (WILLIAMS, 2011, p.13). Assim, infere-se que a cultura possui um papel de significativa relevância no que tange as dinâmicas dos espaços públicos compactos, pois é através dela que aquele espaço se conecta a cidade. Não é apenas a conexão que gera, mas também o sentimento de pertencimento que propõe e leva à identidade daquele espaço com seus habitantes e com o entorno.

Ao engendrar aspectos culturais a um projeto arquitetônico sustentável, como é o caso dos *Pocket Parks* e *Parklets*, oportunizam-se mudanças na rotina das pessoas que geram transformações sociais por meio da dimensão cultural. Um dos maiores desafios urbanos é gerar esse tipo de transformação urbana que pressupõe comprometimento e engajamento da sociedade em espaços pequenos.

A dinâmica dos *Pockets Parks* e dos *Parklets* possibilita ver a ligação entre inúmeras instâncias. Como por exemplo: na política quando são oriundos de leis municipais; a econômica que produz uma parceria público-privada, a ambiental que se insere nesses espaços como elemento balizador; a social que promove maior integração e sociabilidade; a territorial que instiga transformações pequenas que influenciam na cidade como um todo e; a cultural que conecta todas as instâncias e ainda gera um sentimento de pertencimento com quem é residente daquele espaço ou com quem o aproveita sazonalmente.

À vista do exposto a cultura assume o papel estratégico de conector de espaços compactos com espaços mais amplos, como a cidade, ao mesmo tempo em que revela a identidade da comunidade e seu entorno. Assim, a cultura e a identidade são viabilizadas por meio de espaços pequenos, como entre prédios, ruas, vielas ou bairros, que são reterritorializados e ressignificados de forma coletiva.

Santos (1996) salienta que desterritorizar tem relação com o rompimento de vínculos com um território. Assim, as áreas antes vazias ou subutilizadas são espaços



desterritorializados que levaram à perda de territorialidades pessoais ou coletivas. Ao se adaptar esses espaços a novos contextos, tornando-os ativos novamente, se está em um processo de reterritorialização (SANTOS, 1966). Quando se volta a ser protagonista ativo em um dado território, ressignificando-o está a se reterritorializar aquele espaço. Por esta perspectiva, corrobora-se com Haesbaert (2007) que diz que o ser humano está sempre desterritorializando e reterritorializando espaços.

Construir coletivamente os territórios faz parte do que Gehl (2002) chama de dimensão socializante, ou seja, dar prioridade a vida social urbana. Em outras palavras é construir cidades para pessoas e não somente para carros, por exemplo. A cidade construída para pessoas precisa ainda ser, segundo Hertzberg (2009), projetada de forma convidativa que crie valor para as pessoas. Ao fazê-lo, a cidade se constitui de espaços valorosos com identidade e sentimento de pertencimento que dão sentido ao que Raffestin (1993) chama de território vivido.

A visão de Castello (2007) de lugares plurais com qualidade de vida por meio de projeto de espaços públicos faz sentido quando se considera esses espaços como locais de encontro com a cidade, ao convívio social, à solidariedade, etc. São espaços que abarcam a diversidade integralmente: pessoas, atividades, formas, imagens e, assim enriquecem o fenômeno da urbanidade. Gehl (2002) salienta que os espaços públicos podem ser divididos em três funções:

- I. Atividades necessárias: As atividades acontecem independentes da estrutura física do espaço público. Ocorrem ao longo do ano e em quaisquer condições climáticas e físicas, pois sua ocorrência independe de escolhas. Por exemplo: ir ao trabalho, levar as crianças à escola, esperar o ônibus, fazer compras no supermercado, etc.;
- II. Atividades operacionais: ocorrem se as condições físico-espaciais são favoráveis e se há vontade das partes de fazê-la. Compõe essa categoria, atividades de lazer ao ar livre, caminhar ou descansar em algum espaço público;
- III. Atividades sociais: Geralmente ocorre espontaneamente, como resultado direto do movimento das pessoas sobre o mesmo local. Exemplos: jogos, conversas e encontros, atividades passivas ou ativas nos locais públicos. São, também, chamadas de “resultantes” ou “consequentes”, pois todas as outras atividades dos outros grupos a compõem.



As funções propostas por Gehl (2002) sejam as necessárias, operacionais ou as sociais são desempenhadas em espaços urbanos e suas ocupações ocorrem em múltiplas dimensões. Na perspectiva de Carmona *et. al* (2003) há seis dimensões presentes no desenho urbano que incluem uma abordagem sistemática sobre a natureza dos espaços urbanos. A saber:

- I. Dimensão Morfológica: considera importante o padrão das vias interligadas e dos arruamentos compositores dos lugares;
- II. Dimensão Perceptiva: julga como relevante a percepção ambiental, a construção social do lugar e a diferenciação;
- III. Dimensão Social: relaciona as pessoas com o espaço, aborda a esfera pública, a vizinhança, a segurança, o controle do espaço ao nível do acesso e da exclusão, dos ambientes equitativos;
- IV. Dimensão Visual: discorre sobre a apreciação estética e preferências de qualidades visuais do espaço e seus elementos;
- V. Dimensão Funcional: versa sobre os movimentos, o desenho dos melhores lugares, o desenho ambiental, o desenho dos ambientes mais saudáveis, do capital web;
- VI. Dimensão Temporal: explana sobre os ciclos e o ritmo do tempo.

O uso dos espaços públicos se dá por inúmeras motivações: jogar, ler, descansar, ficar sossegado, apreciar a vista, encontrar pessoas, distrair um idoso ou uma criança, entrar em contato com a natureza, meditar, trabalhar, praticar exercícios, protestar politicamente, exercer algum trabalho nesses espaços, entre outros (WHYTE, 2001; JACOBS, 2001). Para Zhang *et al.* (2010) o espaço público possui diferentes objetivos, funções ecológicas, culturais e estéticas. Diante disso, acreditam que esses espaços devem compor e estabelecer seis princípios de planejamento urbano. Citam-se:

- I. Enfatizar o clima considerando características geográficas, meteorológicas e hidrográficas;
- II. Enfatizar as características locais – quanto à cultura, história ou memória histórica;



- III. Respeitar as características da comunidade onde está inserido;
- IV. Refletir a igualdade de oportunidades respondendo aos desejos de forma igualitária, não só beleza e estilo, mas variedade de atividades, conveniência, conforto e segurança;
- V. Definir com cautela *layout* e localização, pois diferentes lugares atraem diferentes atividades;
- VI. O “*Rolling Design*” – necessidade de se manter sempre em melhoria crítica e avaliação do espaço, onde os cidadãos devam ser consultados para avaliação e propostas referentes ao espaço público.

Perante o exposto, ao conceber o espaço público como um espaço integrado à cidade se exige que o mesmo seja pensado e aprimorado de forma a proporcionar maior qualidade de vida aos cidadãos. É o que Cruz *et al.* (2005) chamam de consciência de nova verdade urbana em que a prática familiar e social, os novos padrões de consumo e as novas concepções desencadeiam maiores reflexões sobre o papel das áreas livres urbanas. O espaço urbano é ao mesmo tempo influenciado pelas pessoas e influenciador (CRUZ, 2005). As pessoas que vivem na cidade também a influenciam quando alteram, criam ou modificam os espaços pelos quais circulam regular ou sazonalmente. Concomitantemente, os espaços instigam as pessoas, dando certo ritmo urbano e permitindo acessibilidade no ambiente que as envolve (CARMONA *et al.*, 2003).

O espaço público tomado como bem comum é determinante para a melhora na qualidade de vida das pessoas e da própria malha urbana (HABITAT, 2015). Os espaços urbanos compactos podem ser associados a pequenas artérias que fazem parte do fluxo urbano. Desta forma, quando uma dessas artérias está obstruída talvez não se veja sua importância, porém quando um grande conjunto de artérias fica fechado podem influenciar negativamente todo o sistema de circulação de uma cidade.

Tanto os *Pocket Parks* quanto os *Parklets* são áreas tão pequenas em relação ao espaço integral da cidade que na maioria das vezes passam despercebidas. Porém quando vinculadas à dimensão cultural fortalecem os laços com a comunidade local. Ao passar de um espaço vazio e sem uso para outro com uma nova função, o espaço é modificado por meio da intervenção os atores (RAFFESTIN, 1993) que o reterritorializam (SANTOS, 1996).



Ao fazê-lo o espaço se torna um território vivido e apropriado simbolicamente pela comunidade local que interage com as redes e fluxos urbanos.

Gerar essa interação e propor a integração por meio de espaços compactos é um grande desafio urbano, pois se trata de dar uma nova finalidade à espaços vazios que, geralmente, são desconsiderados ficando à margem dos planejamentos da gestão pública urbana por serem pequenos demais. No entanto, não há como desconsiderar que fazem parte das artérias urbanas, sendo uma artéria menor, mas que certamente compõem certo fluxo à cidade (PURPER; RIGATTI; ALMEIDA, 2019).

4 TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS: ESPAÇOS URBANOS CONECTADOS

O aprofundamento sobre a implementação dos *Pocket Parks* e *Parklets* levou à identificação de diferenças, potencialidades e desafios no que tange às transformações territoriais no tecido urbano. Em termos de semelhanças, ambos se valem de espaços pequenos com menor tamanho ao de uma praça. Todavia, não se mantém somente com a manutenção do poder público. Este ator social cria leis municipais, como no caso do *Pocket Park* da Oscar Freire, para viabilizar a implantação de parques de bolso e de *Parklets*, porém necessita do poder privado para manter esses espaços ativos. Assim, percebe-se que esse formato de parques está muito vinculado a uma parceria público-privada em que além dos interesses sociais, há também interesses do capital engendrado nessas iniciativas.

Outra similaridade encontrada foi a necessidade de resignificar espaços públicos antes vazios ou subutilizados. É uma forma de rearticular pequenos espaços marginalizados à rotina da sociedade. A rearticulação por meio dos *Pocket Parks* e dos *Parklets* leva à discussão da desterritorialização de espaços (SANTOS, 1996), ou seja, os motivos que levam as pessoas a romperem ligações com determinado espaço. Alguns desses motivos podem ser: abandono, marginalização, falta de segurança, etc. Quando um espaço gera falta de segurança, por exemplo, força as pessoas a territorializarem outros espaços, levando a novas descobertas no tecido urbano.

O caso dos *Pocket Parks* e dos *Parklets* abarca muito mais a ideia de reterritorialização de espaços no sentido de adaptar esses espaços a novos contextos. Ao fazer essas adaptações se ativa esses espaços novamente. Ao mesmo tempo, ambos os



espaços investigados abrangem tanto a reterritorialização quanto a desterritorialização, corroborando com Haesbaert (2007) que o ser humano abandona e se apropria de territórios, sendo esta uma de suas características.

O espaço urbano é um bem comum, independente de suas dimensões físicas (HABITAT, 2015). Nesse sentido, os *Pocket Parks* e os *Parklets* podem ser considerados bens comuns que geram certas melhorias na qualidade de vida das pessoas e na malha urbana. Ao dar vida a um espaço por meio do aumento da circulação de pessoas e sua interação com aquele espaço de forma a gerar certo sentimento de pertencimento e apropriação simbólica (HAESBAERT, 2007) se cria o que Raffestin (1993) chama de território vivido. O território vivido é aquele que é delimitado e definido por seus atores sociais por meio de relações de poder existentes.

O aspecto cultural é um elemento fundamental para que os *Pocket Parks* e os *Parklets* ganhem “vida”. É a cultura que permite que se forme certo sistema de significações que é comunicado, reproduzido e vivenciado (WILLIAMS, 2011). Uma dessas significações é o elo desses espaços minúsculos com a pegada sustentável. Inclusive na lei municipal de São Paulo consta no art. 284 que esses são espaços que devem incluir: sustentabilidade ambiental, *wi-fi* gratuito e mobiliário urbano com acessibilidade à quem é portador de necessidades especiais. Não se trata de “estar na moda”, mas de compreender que esses espaços demandam compartilhar, inclusive, a diversidade. E é por meio da cultura que a proposta desses espaços tem ganhado abrangência e visibilidade na mídia.

As transformações territoriais também são geradas por esses espaços que em um primeiro momento parecem pequenos demais para serem considerados na malha urbana. Contudo, se tomados com pequenas artérias que podem obstruir ou viabilizar o fluxo da cidade se observa sua importância. Ao verificar que os exemplos investigados neste estudo à cunho exploratório e teórico foram bem sucedidos se compreende que este pode ser um caminho viável para as mudanças sociais, ambientais, culturais, econômicas e políticas. As cidades contemporâneas são certamente um desafio, porém pequenas ações contribuir (e muito) para gerar mudanças comportamentais e físicas na paisagem urbana de forma significativa.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo atingiu seu objetivo de refletir teoricamente sobre espaços compactos, como os *Parklets* e os *Pocket Parks*. Possibilitou ainda observar a forma como a dimensão cultural está adentrada nessas dinâmicas e como oportuniza transformações sociais em espaços tão pequenos e em seu entorno. Esses espaços são fruto da parceria público-privada e difundidos e adaptados, principalmente, pelo mercado imobiliário.

No entanto, além do poder privado estar imbricado na proposta coletiva dos *Parklets* e dos *Pocket Parks*, ambos demonstraram certa preocupação em gerar sentimento de pertencimento com a comunidade local e seu entorno. Para isso, valem-se da dimensão cultural para produzir atividades que atinjam esta finalidade. Ao fazê-lo geram ainda transformações territoriais que chegam à complexidade da malha urbana.

Esta é uma discussão exploratória que demanda maior aprofundamento e pesquisa de diferentes áreas. Todavia, são espaços que mesmo minúsculos contribuem e geram mudanças na sociedade, em menor ou maior escala. Pode-se ainda debater esses espaços como espaços de inclusão, de sustentabilidade e de diversidade cultural tanto quanto discuti-los como espaços de autoexclusão, de não-diversidade, com um pegada mais mercadológica do que sustentável, ou como um produto padronizado e global. Como dito, há muito ainda a ser pesquisado, porém se confirmam como espaços que geram transformações culturais por meio da dimensão cultural.

REFERÊNCIAS

- ARCHDAILY. Site de arquitetura. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/877993/pocket-parks-novo-e-compacto-modelo-aos-espacos-publicos>. Acesso em: mar. 2019.
- CASTELLO, L. **A percepção do lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura e urbanismo. Porto Alegre: PROPAR – UFRGS, 2007.
- CASTRO, A. **Espaços públicos, coexistência social e civilidade**: contributos para uma reflexão sobre espaços públicos urbanos; cidades, comunidades e territórios. Lisboa; ISCTE, 2002.
- CARMONA, M. *et. al.* **Public spaces, urban spaces**: the dimensions of urban design. Elsevier Science & Technology, 2003.
- CRUZ, N. M., *et. al.* **Metodologia para avaliação e planejamento de espaços de lazer em cidades médias**: o caso de Rio Claro/SP. 2012 Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/gpapt/gpapt.htm>. Acesso em: dez 2015.



GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

GEHL, J.; LARS, G. **Novos espaços urbanos**. Prefácio de Richard Rogers. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009. Edição em português.

GESTÃO URBANA SP. Site institucional da gestão urbana da cidade de São Paulo. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/parklets/>. Acesso em: dez. 2018.

HABITAT. Site institucional das Nações Unidas. Disponível em: <https://unhabitat.org/year/2015/>. Acesso em: jan. 2019.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G.; HAESBAERT, R. (Orgs.). **Identidade e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-56.

HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HOLANDA, F. (Org.). **Arquitetura & Urbanidade**. São Paulo: Pro Editores Associados Ltda, 2011.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

NETTO, V. M. *et. al.* Redes sociais na cidade ou a condição urbana da coexistência. **VIRUS**, São Carlos, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=5&lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2016.

PEREZ, M. G. M. **Parques de bolsillo como espacio conector en la ciudad: transformación de espacios residuales de la Avenida Francisco de Miranda en pasajes urbanos**. Proyecto de grado. Maio, 2016. Decanato de Estudios Profesionales Coordinación de Arquitectura. Universidad Simón Bolívar, Sartenejas, Caracas. Disponível em: <http://159.90.80.55/tesis/000172813.pdf>. Acesso em: fev. 2019.

PURPER V.; RIGATI, D.; ALMEIDA, G. G. A. Espaços públicos compactos como espaços de conexões inteligentes: os *Pocket Parks* em São Paulo, Brasil. In: ALMEIDA, G. G. A.; ENGEL, V. (Orgs.). **Inovação e cidades inteligentes: desafios e oportunidades nas cidades do século XXI**. Santa Cruz do Sul: The Help, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/thehelpservicosacademicos/>. Acesso em: mar. 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SÃO PAULO (Estado). **Catálogo de Legislação Municipal. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, do Plano Diretor Estratégico**. Site da Legislação Municipal. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em: dez. 2018.

UFF PAISAGISMO. Site Institucional de Paisagismo. Disponível em: <https://uffpaisagismo.wordpress.com/2016/03/07/pocket-park-da-rua-amauri/2007>. Acesso em: dez. 2018.

WILLIAMS, R. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

WHYTE, W. **The social life of small urban spaces: project for public spaces**. Nova Iorque, 2001.



ZHANG, J. *et. al.* Comprehensive Evaluation of the Overall Quality of Urban Public Open Space. **International Conference on E-Business and E-Government**. p. 5122-5125, IEEE Computer Society Washington, DC. 2010.

ZOOM. Site Institucional da Zoom urbanismo, arquitetura e design. Disponível em: <https://www.zoom.arq.br/pracinha-oscar>. Acesso em: dez. 2018.